

## **SEMINÁRIO INTERNACIONAL GRAMSCI E OS MOVIMENTOS POPULARES**

### **EIXO TEMÁTICO: POLITICA**

**TÍTULO: A CUT E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL – DA FUNDAÇÃO DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES À CONCERTAÇÃO – UM OLHAR GRAMSCIANO.**

**AUTOR: JERONIMO MARQUES DE JESUS FILHO**

**INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE/UFF– Rio de Janeiro – Brasil.**

**E-mail: [jmjesusfilho@gmail.com](mailto:jmjesusfilho@gmail.com)**

**Tel:( 21)26202389**

### **Resumo:**

**Palavras Chave: Sindicalismo/Movimentos Sociais, Transformismo, Hegemonia.**

Gramsci, assim como os marxistas clássicos, foi crítico do sindicalismo, sobretudo, pela sua tendência histórica de manter-se no interior da ordem capitalista. O “novo sindicalismo” e a sua central sindical não se conectaram aos movimentos sociais anti-capitalistas existentes no país desde o seu nascimento e, nos anos de 1990, participaram da concertação engendrada pelo capital e pelo “novo” bloco no poder, passando a CUT a negar sua suposta origem combativa e se propondo à “cooperação conflitiva” com o capital, afastando-se desse modo definitivamente de qualquer aproximação mais efetiva com os movimentos sociais autônomos e anti-capitalistas. A idéia de participação orgânica dos movimentos sociais na CUT já era discutida em 1982, antes mesmo da fundação da central, em 1983, mas acabou se esvaziando, deixando bem claro a debilidade ideológica do “novo sindicalismo” e o seu interesse de participar da estrutura oficial corporativista oferecida pelo Estado. As propostas da ANAMPOS que afirmavam a necessidade da CUT em ser um pólo aglutinador de múltiplos movimentos sociais e não apenas sindical não foram aceitas, o que demonstra, já no nascedouro, a vocação corporativa da futura central sindical e também um indício claro da não existência de uma opção pela ruptura com a ordem capitalista.

### **O COMO E O PORQUÊ**

Este texto é fruto de um trabalho ainda em andamento, portanto, não se pretende conclusivo a priori, mas sim indicar algumas “reflexões im-pertinentes” sobre o novo sindicalismo e a sua central a CUT, utilizando-se de alguns conceitos centrais de Gramsci, é, portanto, um texto indiciário constituindo-se mais em um exercício interrogante. Nas palavras de Virginia Fontes

*A reflexão teórica deve suscitar sempre mais perguntas. Uma delas – o como – não pode encontrar respostas prévias em Marx. Não há “como” isolado dos porquês e, a rigor, a cada vez que nos interrogamos sobre como ocorreram determinados processos, o princípio explicativo (o porquê) deverá ser tensionado até seu limite mais extremo (Fontes: 2006, p.270).*

Sobre o chamado “novo sindicalismo” e a sua central, a CUT, há uma extensa bibliografia que expõe o surgimento e suas trajetórias do final da década de 1970 até os dias atuais. Fazendo uma pesquisa bibliográfica, observa-se inicialmente um grande entusiasmo por parte da imensa maioria desses autores pelo aparecimento na cena política do final da década de 1970 desses novos personagens. Sociólogos e historiadores de cariz marxista não escondiam em suas análises a aposta que faziam numa próxima mudança social radical rumo ao socialismo, advinda, justamente, desses novos atores nascidos da classe operária brasileira imbuída de consciência política e que construíam duas organizações promissoras: o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Todavia, a realidade aparente escondia a realidade profunda e, já na década de 1990, muitos desses autores começam a perceber uma certa “cegueira analítica” ao enxergar na CUT e também no PT aquilo que de fato não eram.

Nesse ponto, a partir dessa ampla bibliografia, podemos começar a inquirir o como e o porquê e levantar algumas questões.

1- A CUT teve, de fato, em algum tempo, uma vinculação explícita com um ideário anti-capitalista? A Plataforma cutista nos anos 80 não se vinculava mais com um programa de transformações democrático/popular do que socialista? (Boito: 1999, p.139)

2-A CUT aguerrida do início dos anos 80 não se explicaria mais pela conjuntura político/econômica da crise do Regime Militar – fim do “Milagre Econômico”, arrocho salarial, inflação alta sem reposição, etc. – do que por quaisquer objetivos políticos mais amplos?

3- A estrutura pluralista e democrática da CUT na época de sua fundação (1983), que permitia uma maior representatividade de sindicalistas não dirigentes e militantes de

base e que foi desmantelada posteriormente, não seria fruto da não existência, naquele momento, de um grupo claramente hegemônico, dependendo as decisões de então de uma correlação de forças entre as tendências, que ainda não revelavam com clareza que sentido teria uma Central Única dos Trabalhadores, quais seriam os seus objetivos e que rumo tomar? Tendências de esquerda como, por exemplo, a Convergência Socialista – tendência trotskysta - com forte presença no sindicato dos metalúrgicos de Santo André, com suas intervenções, politizaram rapidamente o “espírito” do “novo sindicalismo” e da CUT, impedindo que grupos mais interessados em ganhos imediatistas e setoriais obtivessem, naquele momento de fundação da Central, a hegemonia. (Boito: 2003, p: 18)

4- O período imediatamente anterior à fundação da CUT, quando acontecem propostas mais abrangentes para sua própria concepção enquanto Central – onde a ANAMPOS informa a necessidade dessa Central ser um pólo aglutinador de múltiplos movimentos sociais e não apenas sindical – e a não aceitação dessas propostas não demonstraria, logo de saída, a vocação corporativa da futura Central Única dos Trabalhadores? Rosa Luxemburgo, Gramsci e o próprio Lênin nunca se entusiasmaram com o sindicalismo, posto que o percebiam, desde o nascedouro, ligado institucionalmente à burocracia do Estado burguês. Rejeitar articular-se, de forma mais capilar, junto aos movimentos sociais não seria, também, um indício claro da não existência de uma opção pela ruptura com a ordem capitalista?

5- As origens do “novo sindicalismo”, no final dos anos 70, no ABC paulista, e as posições “apolíticas” de seus principais líderes, incluindo Lula, e pouco interessada pelas questões mais abrangentes -luta contra a Ditadura e pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte- que afligiam o restante da sociedade, além de sua posição claramente economicista – aspiração pela elevação do poder de consumo, apostando na livre negociação e rejeitando a participação dos sindicatos na política – e de insulamento corporativo dos trabalhadores, não indicariam, já no nascedouro, o que Gramsci chamava de “egoísmo de fração”? Esses sindicalistas se diziam interessados apenas em suas respectivas categorias, pelo menos é o que declaravam em inúmeras entrevistas a jornais e revistas da época. Ao longo dos anos 90, o sindicalismo dos trabalhadores das montadoras, assim como dos petroleiros, bancários e petroquímicos, núcleo duro da base da Articulação Sindical, demonstrou indiferença e, muitas vezes, desdém pelas normas protetoras do direito dos trabalhadores, presentes na CLT, preferindo apostar no Contrato Coletivo de Trabalho.

6- Como foi construída a hegemonia da Articulação Sindical e em que medida as múltiplas tendências de esquerda contribuíram, de modo involuntário, com sua “cegueira analítica” para que isso ocorresse? As mesmas contradições que deram origem ao PT também se realizaram na CUT? Nas duas instituições, dois projetos excludentes, um social democrata e outro de vanguarda revolucionária, criaram uma indefinição programática que fez com que, no caso da CUT, com o passar do tempo, os documentos das Plenárias e dos Congressos da Central se pautassem por um discurso combativo, enquanto, na prática, a ação de muitos sindicatos filiados fossem na direção contrária, na direção propositiva. Tal como no PT, a discussão programática na CUT foi sendo adiada, enquanto nos subterrâneos do dia-a-dia, as diretorias das máquinas sindicais - na década de 90, a maioria nas mãos da Articulação Sindical – de várias categorias, país afora, buscavam acordos “pragmáticos” com o Capital e construía uma centralização burocrática na própria organização interna da CUT. Esta vai, gradativamente, perdendo sua democracia pluralista – asfixiando os canais por onde respiravam as propostas de combate ao capitalismo -, que permitia, na sua origem, a atuação das bases sindicais nas Plenárias e Congressos e a defesa de Teses por tendências.

7-)Tendo sua definição programática somente nos anos 90, teria havido “mutação” na CUT ou apenas a definição clara de seu caráter neocorporativista e de parceiros do Capital- ideário original da Articulação Sindical-?

Teria havido, de fato, um “transformismo” que marcou de forma indelével a CUT e o PT ou teríamos todos, ou quase todos, sofrido de uma “cegueira analítica”, que nos fazia ver nestas organizações lindos pássaros, prontos para alçar vôos audaciosos em direção à transformações amplas na sociedade?. Para Ricardo Antunes, o Governo Lula é a feliz confluência do mundo *financeiro com o sindicalismo de negócios*. (2005, p.166 )

O que teria levado a CUT - e o PT - “a expulsar a coerência para preservar a subserviência” (Antunes, 2005; p: 166)? Apenas um suposto “transformismo” -- provocado pelas circunstâncias político/econômicas da década de 1990 – que teria pragmatizado a CUT para assim “salvar o máximo de empregos possíveis”, como diziam seus dirigentes da ala majoritária, ou - observando de modo mais dialético e complexo a cena política – teríamos também de considerar que, justamente este grupo, ao alcançar gradativamente a hegemonia, tratou apenas de revelar sua verdadeira face, aderindo claramente à ordem e a lógica do Capital. Não teriam assim avançado - como parceiros dos empresários do setor mais moderno da economia -, no sentido de viabilizar concretamente uma opção política “confiável” para gerir a nova crise que se avizinhava -

pela ação neoliberal do Estado “mínimo” e a Reestruturação Produtiva que, neste momento, anos 90, estava tomando impulso e velocidade, e criando, como sabemos, enormes danos, alguns irreversíveis, no mundo do trabalho -? Talvez o transformismo não tenha ocorrido propriamente no interior da CUT, mas antes mesmo das greves de 1978/79/80 envolvendo uma elite operária que é fruto do desenvolvimento das próprias forças produtivas capitalistas no Brasil.

A suposta combatividade oposicionista que marcava o “novo” sindicalismo e a CUT \_ acusada, sempre, de ser o braço sindical do PT, pela situação – poderia ser, talvez, um bom produto político a ser vendido para o imaginário popular, como paladinos da luta contra o neoliberalismo, num período de grande crise política e econômica, onde a CUT – e o PT, é claro - já havia abandonado o confronto direto com o Capital e assumido passar da resistência para a “alternativa” dentro da ordem.

O acúmulo de crises que ocorreram no Brasil da era neoliberal aprofundou as contradições entre as classes e frações de classes que compunham o bloco no poder, deixando expostas suas fraturas. Em 2001, o colapso do setor energético fez com que este bloco se fragmentasse mais ainda. É nesta cena política que a quarta candidatura de Lula se torna robusta e atrai para si elementos oriundos – dissidentes? - do bloco no poder. O Capital financeiro e algumas das grandes Corporações Transnacionais não escondiam seu apoio a Lula. É bom que tenhamos em mente que essa mudança na composição do “novo” bloco, que chegou ao poder em 2002 - onde banqueiros e capitalistas de amplos setores da economia brasileira e “trabalhadores” parecem ter uma confluência de interesses -, pode não ter decorrido de uma “mutação” no seio do “novo” sindicalismo e da CUT, mas de uma meta estabelecida de muito tempo pela Articulação Sindical e que se revela na sua prática nos anos 90 e na sua História. Durante a década de 90, muitos “novos” sindicalistas que compunham a Articulação Sindical, através de suas posturas neocorporativistas e pró-ativas ao Capital, geriam fundos dos trabalhadores em favor do Capital, e ajudaram a executar leis e MPs que, avassaladoramente, tomavam direitos trabalhistas através de seus sindicatos. Estes homologavam acordos em direção ao estabelecimento generalizado de empregos precários, participando, também, das chamadas Câmaras Setoriais, além de acharem “bom para o Brasil” a possibilidade de Pacto Social com Collor. Vários membros da Articulação Sindical chegaram ao poder através do PT, em Prefeituras e até Estados, onde punham em andamento um programa de governo azeitado por amplas negociações com o empresariado local. A prática desses governos nunca representou uma posição que ameaçasse, sequer de leve, os interesses

das elites empresariais, ao contrário, foi um ótimo exercício de bom comportamento e uma preparação para alcançar patamares mais altos nas esferas do poder, além de adquirir a “confiança” de amplas parcelas da burguesia.

### **O FIO HÚNGARO**

O chamado “fio húngaro” é uma técnica cirúrgica instantânea que transforma o nariz “batata” em nariz “arrebicado” sem dor, traumas ou seqüelas. Veremos a seguir que uma “cirurgia plástica” desse tipo pode ter sido realizada no chamado novo sindicalismo e na sua central, a CUT, mudando o seu semblante político para um mais aceitável aos olhos dos padrões da “estética” do capitalismo globalizado talvez antes mesmo que a entidade existisse oficialmente. É interessante observar que ninguém em sã consciência se submete a uma intervenção cirúrgica que muda suas feições sem que tenha no íntimo o desejo forte de mudá-las. As bases da CUT informavam às cúpulas e vice-versa, o “egoísmo de fração de classe” pode ter nascido das bases do novo sindicalismo e antes mesmo da fundação da CUT.

Segundo Alves, desde sua explosão, *nos anos 80, o “novo sindicalismo” já apresentava grandes debilidades estruturais e ideológicas*, (Alves, 2000: p. 281-282) que se explicitaram diante do ataque do capital ao mundo do trabalho, no início dos anos 90. Antes mesmo da fundação da CUT (1983), *a idéia de participação “orgânica” dos movimentos populares na CUT (1982)*, onde esses mesmos movimentos romperiam a barreira de suas próprias reivindicações localizadas, por melhorias das condições de vida, acompanhando as lutas gerais das classes trabalhadoras, assumindo uma luta comum, unificada por reivindicações que atingiriam a própria estrutura do Estado e do sistema produtor de mercadorias, acabou se esvaziando, deixando claro a debilidade ideológica do “novo sindicalismo” e o seu interesse (“oculto”?) de participar da estrutura oficial corporativista oferecida pelo Estado (Rodrigues, 1991 p. 20, 21, 22 e 23). *O “novo sindicalismo” e a CUT, cresciam conectados ao corporativismo, permanecendo, por isso mesmo, com os “pés de barro”, que os fazia incapaz de enfrentar, com determinação, o novo ataque feroz do capital contra o trabalho.* (Alves, 2000: p. 281-282). A estrutura sindical oficial é verticalizada no Brasil, o que cria imensas dificuldades de articulações mais amplas, no sentido horizontal, de organização sistêmica e de resistência da classe operária à ofensiva do capital no plano da produção. Além disso, *nossa densidade sindical é muito modesta, tendo inclusive decaído, em plena explosão do “novo” sindicalismo, na década de 80* (Idem, 2000: 282). Em 1988, apesar do crescimento do número de sindicatos ocorrido durante aqueles anos, o nosso percentual

de sindicalização era e de apenas 13,8% da população ocupada (Boito, 1991: 86, Apud Alves, 2000: 283).

O neocorporativismo desabrocha sob o impacto da reestruturação produtiva, ainda incipiente, nos anos 80. *A própria estrutura sindical, desenraizada e principalmente verticalizada, propiciou as “mutações” do “egoísmo de fração” do corporativismo estatal para um neocorporativismo setorial. Será no interior do corporativismo estatal do sindicalismo oficial brasileiro, que nascerão as estratégias sindicais propositivas, assumidas pelo grupo majoritário dentro da CUT* (Alves, 2000: p. 284).

A crise vivida pela CUT, na virada dos anos 80 para os 90, segundo o historiador Marcelo Badaró Mattos, se expressa, claramente, durante a realização do III Congresso, realizado em Minas Gerais, em 1988. Para Mattos, *o foco do debate no Congresso se centrava na contradição vivenciada entre seu ideário anti-capitalista, no discurso, e a prática da Central.* (Mattos, 1995: p.32 e 33) Dois grandes blocos se formaram - com suas várias divisões e subdivisões internas aos respectivos grupos -. *O bloco majoritário, que obteve mais de 60% dos votos durante o Congresso, e que se aglutinou em torno da Articulação Sindical enfatizava a luta pela sobrevivência imediata dos trabalhadores, a luta econômica, em detrimento da luta mais ampla, por transformações profundas na sociedade.* (Ibidem) Para Mattos, *esta proposta já é claramente social democrata e a luta que daí decorre, no plano político, é por reformas sociais dentro do universo das leis do mercado* (Idem).

A Articulação Sindical cunhou a expressão “grevilha” para se referir à linha combativa dos anos 80 (Boito: 1999, p. 144). As lutas práticas assumidas pela CUT, na própria década de 80, segundo Boito, *configuravam um programa de transformações democrático-popular – mais salários, reforma agrária, democracia etc... -, mas não era um programa socialista. Era um programa adequado à conjuntura que, aliás, muito colaborou para o crescimento da CUT* (Ibidem:p.144). Para Boito, assim como para nós, partindo e dialogando com o ponto de vista de Mattos e conectando-os à construção de nossas hipóteses, tanto a CUT, quanto o PT, nunca definiram um conteúdo socialista, enquanto entidades, que buscassem meios para chegar ao socialismo. *Para a CUT e o PT, o socialismo no Brasil deveria “ser reinventado”.* (Idem: p.139 )

Na contramão de ideais de caráter socialista, *o que se viu na CUT* foi a introdução de idéias neodesenvolvimentistas, de origem cepalina, através, principalmente, do antigo Desep – Departamento de Estudos e Assessoria da CUT -, onde se reuniam técnicos e pesquisadores fortemente influenciados pela economia da CEPAL. Segundo Boito, essa

concepção diferencia-se do neoliberalismo puro porque defende a manutenção de um mínimo de intervenção reguladora por parte do Estado, protegendo e *estimulando alguns setores industriais e a presença do Estado na manutenção dos serviços de infraestrutura e sociais.* (Idem, p. 161)

A concepção neodesenvolvimentista parece estar presente no pensamento da Articulação Sindical que, desde muito tempo, vem pretendendo constituir uma Terceira Via tupiniquim, através de suas ações de aproximação com o Grande Capital Industrial. Se pesquisarmos estas ações nos anos 90 e refletirmos sobre o atual Governo Lula, talvez enxerguemos indícios das premissas dessas idéias: nem dirigismo estatal nem liberalismo absoluto. *A postura neodesenvolvimentista informou a intervenção da CUT nas Câmaras Setoriais* (Idem, p.161). A chamada Câmara do setor automotivo foi muito eficaz, no sentido de fragmentar e capturar a subjetividade da classe operária. O operariado das montadoras foi apartado do restante dos metalúrgicos. Mais tarde, também, foram separados os trabalhadores do setor de autopeças, cujas empresas sofreram – devido à política de FHC – a poderosa e implacável concorrência internacional, que muito beneficiou a produção e o lucro das montadoras (Idem, p. 168).

Na prática, *cada segmento dos operários acompanhou os interesses das empresas do seu setor* (Galvão,1996). A maior parte das reivindicações dos trabalhadores das montadoras circunscreveu-se ao nível de cada empresa. *Alguns sindicalistas vêm-se responsáveis pelo sucesso de “sua” empresa na concorrência com as outras.* (Galvão,1996: p. 75-150. *op.cit.* Boito, 1999: p.168).

A partir de uma pesquisa preliminar, conclui-se que a CUT fez uma “adaptação ativa” à estrutura sindical estatal. A CUT não se bateu contra – com firmeza e a contundência necessária – a unicidade sindical durante o processo Constituinte; também em relação à Reforma da Previdência do Setor Público, não se comportou como uma Central combativa. A CUT aderiu ao Planfor/PNQ e usa recursos do FAT para contratar o Sistema S, com o objetivo de educar e formar profissionalmente os trabalhadores.

A CUT incentiva a compra e uso, via seus sindicatos, de Planos de Saúde e até Previdência Privada, o que sinaliza o seu não engajamento na luta pela melhoria desses serviços no Setor Público, o que significa desprezo pelo restante da classe trabalhadora no Brasil, que só tem como opção, justamente, esses serviços, nos remetendo às origens do “egoísmo de fração de classe” do “novo” sindicalismo, no final da década de 1970, quando aqueles “*novos atores*” diziam, de modo muito claro, interessarem-se apenas pelas lutas de suas categorias.

Segundo Boito - e nós concordamos a priori -, a CUT e o PT apresentavam apenas um discurso genérico de simpatia pelo socialismo (Boito, 1999: p.138 ). Aqui, podemos levantar a hipótese da contribuição efetiva da CUT, a partir da hegemonia da Articulação Sindical, para a constituição de um projeto político de cariz social/democrata e/ou social/liberal/corporativo ou ainda neodesenvolvimentista/populista, quando no final dos anos 80 e início dos 90 a Central “abandonou” o socialismo que, na prática, jamais fez de veras, parte de seu ideário.

## **A TRASIÇÃO PARA O VÁCUO E A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE PODER**

A desconexão ideológica e política do “novo” sindicalismo e da CUT com os movimentos sociais de contestação e de cunho anti-capitalista significam, talvez, não apenas uma fraqueza estrutural do nosso sindicalismo – que de fato existe por nunca ter se livrado do corporativismo estatal, que institucionaliza, desde sua origem varguista, na forma jurídica, as ações sindicais de modo geral -, mas a opção por criar no país, uma nova estrutura neocorporativista e social democrata, representando assim uma correia de transmissão de um ideário político-ideológico de controle da classe trabalhadora, através de suas organizações *tuteladas* pelo Estado, como os sindicatos e as Centrais Sindicais - , capaz de se tornar uma “opção” política “confiável”, Terceira Via, - Via Social-Liberal, Populista – Neodesenvolvimentista(?), com chances de chegar ao poder, o que, ao que parece, aconteceu em 2002 sob o aplauso dos banqueiros e de grande parte dos capitalistas das Grandes Corporações Transnacionais, instaladas nas cidades e no campo. As “mutações” que ocorreram na CUT, também aconteceram basicamente no mesmo período no Partido dos Trabalhadores – PT que, gradativamente, pulverizou sua estrutura democrática e de base, substituindo-a por instâncias burocráticas de decisão.

Segundo Boito, partindo de Marx, o trabalhador assalariado é juridicamente livre, o que o distingue do escravo e do servo e, ao proclamar sua liberdade, ele cria uma ilusão, que oculta a relação de exploração capitalista e de dominação de classe. (Boito, 2002, pgs 128, 129, 132 e 133) Esta ilusão ideológica é que desorganiza a classe trabalhadora e interessa ao Capital. É preciso, portanto, desvelar a realidade profunda que encobre a realidade aparente. Para este autor, que faz uma análise em seu artigo de “O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte” e de “Lutas de classe na França”- que o antecede, e lhe deu base -, a cena política *é uma realidade superficial e enganosa, devendo ser*

*desmistificada (Ibidem: p. 129)*, para que se tenha acesso à realidade profunda dos interesses e conflitos de classes.

Muitas vezes, grupos políticos parecem agir como paladinos de transformações abrangentes na sociedade quando, na verdade, agem, na prática, como defensores de interesses do Capital, cujos interesses acreditam serem também os seus, por efeito de uma ilusão. Marx, segundo Boito, “*indica que os personagens acreditam em sua própria fantasia*”.( *Ibidem: p. 133*) Para Boito, não há em Marx uma relação simples entre a mentira e a verdade, “*a aparência faz parte da realidade e tem sua espessura própria*”. (*Idem: p.133*) Para nós, o “novo” sindicalismo, durante os anos 80, falava muito em mudanças, inclusive no campo da estrutura corporativista do sindicato e do sindicalismo, mas, postergavam sine die o fim da unicidade sindical, do imposto sindical etc. O discurso externo - e também interno -, da CUT ocultava uma realidade mais profunda, a realidade da luta mais geral entre classes antagônicas – interesses do Capital versus Trabalho – e frações de classe entre os próprios trabalhadores – interesses das “elites operárias” das montadoras do ABC, petroleiros, petroquímicos e bancários, que eram representados no cenário sindical pela Articulação Sindical e os interesses históricos da classe trabalhadora como um todo (Rodrigues Apud Boito, 2003, p. 15).

Parece-nos que, ao inquirirmos o como e o porquê dos processos históricos, teremos sempre alguma chance de entendermos melhor os acontecimentos “inesperados”. O que parece nos mostrar os indícios e as evidências é que não houve uma “fulminante conversão” na CUT, mas uma transição para o vácuo à ser ocupado, o que teria ocorrido foi a vitória do grupo que sempre defendeu “a negociação com o empresariado”. A Articulação Sindical teria limpado a área de névoa que existia por conta da indefinição programática da Central, durante os anos 80, para finalmente assumir a identidade que sempre foi almejada pelo grupo majoritário. Esta corrente, ao dismantelar as estruturas democráticas e pluralistas da época da fundação da Central, pôde de modo firme tornar-se hegemônica e ajudar, a partir daí, a construir, junto ao núcleo duro de suas bases sindicais, um projeto político social-liberal/corporativo e/ou populista-neodesenvolvimentista-, assumido pelo PT para chegar ao poder central, propondo ajudar a gerir o capitalismo brasileiro e sua crise interna. A CUT promoveu um vácuo na representatividade combativa dos interesses do conjunto da classe trabalhadora, através da hegemonia da Articulação Sindical, que passa então a dar direção ao “egoísmo de fração de classe” que ela representa.

## ALGODÃO ENTRE CRISTAIS

Desde a década de 1930, quando o Brasil começou o processo de sua “Revolução Passiva”, o Estado brasileiro foi sempre uma “Ditadura sem Hegemonia”, todavia, a partir dos estertores do regime militar e, sobretudo, do início da era neoliberal inaugurada por Collor em 1990, o que estamos vivendo é uma “Contra Reforma” na qual, como diz Carlos Nelson Coutinho, se *“tem como objetivo a pura e simples restauração das condições próprias de um capitalismo “selvagem”, no qual devem vigorar sem freios as leis do mercado”*. (Coutinho, 2008, p. 103) Nesta “contra Reforma”, o transformismo persiste de um modo que causa perplexidade, quando uma grande parcela da classe trabalhadora adere à lógica do capital e dela participa ao chegar ao poder em 2002, tornando-se algodão entre cristais ou parceiros/serviçais do capitalismo monopolista globalizado. Todavia, se fizermos como sugere Mattos, uma análise baseada em Thompson e Gramsci, que rejeitaram sempre *abertamente qualquer raciocínio determinista na análise das classes sociais e da luta de classes* e que procuraram *resgatar em Marx os fundamentos de uma análise dinâmica, dialética, da classe trabalhadora e de seu processo de formação em meio à luta de classes* (Mattos:2009, p.65) talvez possamos ter maior clareza sobre a cena política que ora se nos apresenta. Pensamos que, o transformismo que se evidenciou não é apenas um fenômeno isolado de arquitetada traição mas algo que tem raízes profundas nas novas formas societárias que o sistema produtor de mercadorias globalizado vem produzindo no país desde meados da década de 70 através do processo da implantação lenta e gradual da reestruturação produtiva e da intervenção contundente e eficaz de um Estado empenhado em fazer a “Contra Reforma” necessária para o pleno desenvolvimento do novo paradigma de acumulação de capital no Brasil a partir dos anos 90. Munidos metodológica e teoricamente de Gramsci, pensamos que um projeto hegemônico globalizante se montou no Brasil desde a crise do modelo nacional desenvolvimentista em meados da década de 70, projeto este que tem o intuito de, pela primeira vez no Brasil, se obter a hegemonia, o consentimento das demais classes para “a grande transformação” contemporânea, se obter enfim a direção moral e intelectual no interior da sociedade civil. Neste projeto – que se realiza pela contra-reforma e não pela revolução passiva que foi recorrente no Brasil desde 1930 - cabe a cooptação e o transformismo, cabe o egoísmo de fração de classe, cabe “o fio húngaro”, cabe a cirurgia plástica “desejada” por uma elite da classe trabalhadora, que se ilude quando participa das esferas do poder dirigidos intelectualmente e moralmente pelos interesses e pela

lógica destrutiva do capital globalizado que criminaliza os pobres e os movimentos populares autônomos.

Referencias Bibliográficas:

ALVES, Giovanni. O Novo (e precário) Mundo do Trabalho: Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo. São Paulo, Boitempo/Fapesp, 2000.

ANTUNES, Ricardo. A Desertificação Neoliberal No Brasil. ( Collor, FHC e Lula ). SP, Autores Associados, 2005.

BOITO JR, Armando. A hegemonia Neoliberal no Governo Lula. In: Crítica Marxista 17, São Paulo, Ed. Revan, 2003.

\_\_\_\_\_. Cena Política e Interesses de Classe na Sociedade Capitalista. Comentário em Comemoração da Publicação de O Dezoito Brumário De Luís Bonaparte. In: Crítica Marxista 15. São Paulo, Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. SP, Xamã, 1999

COUTINHO, Carlos Nelson. Intervenções: O Marxismo na Batalha das Idéias. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. Contra a Corrente: Ensaio Sobre Democracia e Socialismo. São Paulo: Cortez, 2008.

FONTES, Virginia. Estado e Hegemonia no Brasil: Alguns Comentários Sobre Dificuldades Conceituais. In: MENDONÇA, Sonia Regina de.(Org.) Estado e Historiografia no Brasil. Niterói: EdUFF, 2006.

GALVÃO, Andréia. Participação e Fragmentação: A Prática Sindical dos Metalúrgicos do ABC nos Anos 90. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, 1996.

MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e Sindicatos no Brasil. RJ, Vício de Leitura, 2002.

\_\_\_\_\_. Reorganizando em meio ao Refluxo. Ensaio de Intervenção Sobre a Classe Trabalhadora no Brasil Atual. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 2009.

RODRIGUES, Iram Jácome. O Novo Sindicalismo – Vinte Anos Depois. RJ, Vozes/EDUC/UNITRABALHO, 1999.

RODRIGUES, L.M. As Tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais. In: BOITO JR, Armando. (Org.) O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80. São Paulo: Paz e Terra, 1991.